

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

a. 26

n. 11-12

nov./dez. 2014

Artigos Doutrinários

11

Controle judicial da discricionariedade de banca examinadora de concurso público, 11

João Batista Gomes Moreira

O salário-maternidade às índias Maxakali e a teoria da tolerância, 11

Kassio Nunes Marques

Inovações Legislativas

35

Lei 13.043, de 13/11/2014.

Lei 13.052, de 08/12/2014.

Lei 13.063, de 30/12/2014.

Medida Provisória 661, de 02/12/2014.

Medida Provisória 664, de 30/12/2014.

Decreto 8.370, de 10/12/2014.

Decreto 8.376, de 15/12/2014.

Decreto 8.379, de 15/12/2014.

Uniformização de Jurisprudência

37

Súmula 53, 37

“Consideram-se legais a Resolução 19.784/1997 e a Portaria 158/2002, ambas do Tribunal Superior Eleitoral.”

Numeração única: 0001947-29.2007.4.01.3800

Incidente de Uniformização de Jurisprudência 2007.38.00.002003-8/MG

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Acórdãos — Inteiros Teores

49

Corte Especial – Concurso público. Candidata portadora de necessidades especiais. Critério de destinação de vagas, 49

Mandado de Segurança 0048973-30.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Corte Especial – Gratificação de Incremento da Fiscalização e Arrecadação – Gifa. Atribuição aos inativos e pensionistas de percentual diferenciado, 52

Numeração única: 0035525-17.2006.4.01.3800

Arguição de Inconstitucionalidade 2006.38.00.036321-9/MG

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Primeira Seção – Limite do salário de benefício. Constitucionalidade. Violação de literal dispositivo de lei, 61

Numeração única: 0055554-08.2007.4.01.0000/MG

Ação Rescisória 2007.01.00.055207-2/MG

Relator: Juiz Federal Jamil Rosa de Jesus Oliveira (convocado)

Primeira Seção – Benefício previdenciário. Autarquia. Polo passivo. Juizado Especial Estadual da Fazenda Pública. Incompetência, 64

Mandado de Segurança 0010569-12.2011.4.01.0000/RO

Relator: Desembargador Federal Candido Moraes

Segunda Seção – Ação rescisória. Litispêndência. Ação originária x embargos à execução. Não ocorrência. Manutenção de juros compensatórios, 67

Numeração única: 0061050-47.2009.4.01.0000

Ação Rescisória 2009.01.00.063384-0/MG

Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Segunda Seção – Revisão criminal. Reparação de danos. Retroatividade, 72

Revisão Criminal 0075219-68.2011.4.01.0000/MT

Relator: Desembargador Federal Italo Mendes

Terceira Seção – *Judicium rescindens e judicium rescisorium*. Ausência de cumulação de pedidos. Inépcia da petição inicial, 77

Numeração única: 0024547-71.2002.4.01.0000

Ação Rescisória 2002.01.00.028501-3/PA

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Terceira Seção – Ação rescisória. Trânsito em julgado parcial. Violação literal a dispositivo de lei não debatido na ação originária. Entendimento divergente à época do julgado, 82

Numeração única: 0078760-95.2000.4.01.0000

Embargos de Declaração nos ED na AR 2000.01.00.097056-1/DF

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Quarta Seção – Conexão entre ações. Inexistência de vara especializada na subseção judiciária. Alteração superveniente do motivo que determinou a reunião de processos. Inviabilidade de restauração da competência anterior. Princípio da *perpetuo jurisdictionis*, 88

Conflito de Competência 0046523-17.2014.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Quarta Seção – Fixação de verba honorária em desacordo com os critérios previstos em norma legal válida. Violação a literal disposição de lei, 91

Ação Rescisória 0047598-96.2011.4.01.0000/MT

Relator: Juiz Federal Mark Yshida Brandão (convocado)

Primeira Turma – Pensão especial. Ex-combatente. Assistência médica hospitalar gratuita. Prova de efetiva participação em operações bélicas, 97

Numeração única: 0002447-44.2006.4.01.3311

Apelação/Reexame Necessário 2006.33.11.002456-2/BA

Relator: Juiz Federal Carlos Augusto Pires Brandão (convocado)

Primeira Turma – Aposentadoria por idade. Médico. Diversos vínculos empregatícios. Contagem de tempo para aposentadoria, 100

Numeração única: 0008349-85.2009.4.01.3500

Apelação Cível 2009.35.00.008409-3/GO

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Segunda Turma – Pensão por morte. Ascendente. Reconhecimento de existência de beneficiário preferencial, 104

Numeração única: 0000355-78.2006.4.01.3801

Apelação Cível 2006.38.01.000359-0/MG

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Segunda Turma – Execução. Mandato outorgado a advogado. Ação ajuizada pela sociedade de advogados. Impossibilidade, 110

Numeração única: 0022634-78.2007.4.01.0000
Agravo de Instrumento 2007.01.00.022632-0/MG
Relator: Desembargador Federal Candido Moraes

Terceira Turma – Ação de improbidade administrativa. Conduta libidinoso perante pacientes sedados. Funcionário contratado por fundação pública. Responsabilização, 112

Apelação Cível 0025090-03.2014.4.01.3800/MG
Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Terceira Turma – Fraude à licitação. Convênio firmado com a Funasa. Obra contratada não realizada. Ato improprio configurado. Restituição ao Erário, 117

Numeração única: 0000516-66.1998.4.01.3802
Apelação/Reexame Necessário 1998.38.02.000341-6/MG
Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Quarta Turma – Desapropriação. Levantamento indevido de parte da indenização. Honorários advocatícios. Quebra da preferência de crédito hipotecário habilitado. Verba sem caráter alimentar, 126

Numeração única: 0035634-14.2008.4.01.0000
Agravo de Instrumento 2008.01.00.034018-0/MG
Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Quarta Turma – Ação de desapropriação. Trânsito em julgado. Pretensão de bloqueio na emissão de TDA. Relativização da coisa julgada. Impossibilidade, 128

Apelação Cível 0014493-63.2013.4.01.3200/AM
Relator: Juiz Federal Pablo Zuniga Dourado (convocado)

Quinta Turma – Concurso público. Exclusão do certame em virtude de suposta homossexualidade do candidato. Direito à nomeação e posse reconhecido em decisão judicial transitada em julgado. Danos morais e materiais, 135

Numeração única: 0033041-94.2008.4.01.3400
Apelação Cível 2008.34.00.033210-3/DF
Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Quinta Turma – Revogação de autorização para exercício de atividade econômica. Comércio de combustíveis. Ações judiciais. Discussão de imposição de penalidades administrativas, 149

Agravo de Instrumento 0063967-97.2013.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Sexta Turma – Ação regressiva. Acidente de trabalho. Inexistência de adoção das medidas de segurança do trabalho. Negligência da empregadora, 152

Numeração única: 0005137-23.2009.4.01.3802
Apelação Cível 2009.38.02.005139-4/MG
Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Sexta Turma – Ação civil pública. Vestibular. Bônus para egressos de cursos supletivos, 156

Apelação Cível 0010993-03.2011.4.01.3800/MG
Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Sétima Turma – Regime de admissão temporária de aeronave civil estrangeira. Desvio de finalidade. Trust agreement. Ocultação de sujeito passivo por meio de simulação, 160

Agravo de Instrumento 0026190-44.2014.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Sumário

Sétima Turma – Reativação de registro no CNPJ suspenso em razão de irregular importação por conta e ordem de terceiro, 168

Numeração única: 0026931-50.2006.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário. 2006.34.00.027669-4/DF

Relator: Juiz Federal Ávio Mozar José Ferraz de Novaes (convocado)

Oitava Turma – Policiais civis do Distrito Federal. Interesse da União. Competência da Justiça Federal, 170

Agravo Regimental em Agravo de Instrumento 0064693-42.2011.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Oitava Turma – Execução fiscal. Grupo econômico e sucessão empresarial. Inexistência de solidariedade tributária, 175

Agravo de Instrumento 0062564-30.2012.4.01.0000/RO

Relator: Desembargador Federal Novély Vilanova

Decisões Monocráticas

177

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba x Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Declaração de ilegalidade de auto de infração e de outras determinações, 177

Agravo de Instrumento 0059137-54.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

INSS. Necessidade de obras de recuperação, conservação e manutenção de imóvel tombado, de propriedade da autarquia previdenciária, 178

Agravo de Instrumento 0010790-87.2014.4.01.0000/MA

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. Responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas do plano. Proibição da aplicação de qualquer penalidade administrativa aos dirigentes da Eletroceee – Fundação CEEE de Seguridade Social, 181

Agravo de Instrumento 0061840-55.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Concurso público. Acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais, 183

Agravo de Instrumento 0065323-93.2014.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Contrato de prestação de serviços entre empresa terceirizada e a Caixa Econômica Federal – CEF. Pedido de responsabilização da CEF pelas quantias despendidas em processos trabalhistas, 187

Agravo de Instrumento 0049260-90.2014.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Infraero. Reintegração de posse de área comercial de aeroporto, 190

Agravo de Instrumento 0067479-54.2014.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

ANTT. Autorização para operação de transporte interestadual de passageiros. Exigências. Suspensão, 193

Agravo de Instrumento 0047075-79.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Conselho Federal de Medicina. Tratamento de reprodução humana assistida mediante ovodação (fertilização *in vitro* com óvulos doados). Restrição etária, 196

Agravo de Instrumento 0055717-41.2014.4.01.0000/MG

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Programa Minha Casa, Minha Vida. Suspensão do cadastramento e da distribuição de unidades habitacionais. Grave lesão ao direito constitucional, 198

Agravo de Instrumento 0065774-27.2014.4.01.0000/AP
Relator: juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas e Idosos – x INSS. Implementação do Projeto ECO – Empréstimo Consignado Online, 200

Agravo de Instrumento 0062357-60.2014.4.01.0000/DF
Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

Comissão Nacional da Verdade. Lei 2.258/2011. Discussão acerca da legitimidade dos membros e dos trabalhos desenvolvidos, 203

Agravo de Instrumento 0071088-45.2014.4.01.0000/DF
Relato: Desembargador Federal Souza Prudente

Associações de Aposentados dos Correios – Faaco. Extensão aos aposentados de benefício previsto em cláusula de acordo coletivo de trabalho, 205

Agravo de Instrumento 0067140-95.2014.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Candido Moraes

Restabelecimento de pagamento de prestação mensal. Anistia por perseguição política, 209

Agravo de Instrumento 0065786-35.2014.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Candido Moraes

JEFs em Revista**213****Afastamento da multa. Reconhecimento do caráter protelatório de embargos de declaração. Pedido de uniformização conhecido em parte, 213**

Numeração única: 0030940-30.2007.4.01.3300
Recursos contra atos da Turma Recursal 2007.33.00.704097-9/DF
Relator: Juiz Federal Eduardo Gomes Carqueija

Contrato de Financiamento Estudantil (Fies). Capitalização de juros. Impossibilidade. Súmula 121, STF, 214

Numeração única: 000240552.2011.4.01.3300
Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2011.33.00.921729-2/DF
Relator: Juiz Federal Márcio André Lopes Cavalcante

Salário-maternidade. Requerimento posterior ao nascimento da criança. Correção monetária, 217

Numeração única: 0011612-89.2008.4.01.3200
Recursos contra atos da Turma Recursal 2008.32.00.702650-0/DF
Relator: Juiz Federal Herculano Martins Nacif

Breviário**219**

Conselhos profissionais. Ordem dos Músicos. Músico de conjunto. Anuidade. Pagamento.

Salário-maternidade. Prescrição.

Aposentadoria por invalidez. Segurado portador de HIV.

Aposentadoria especial. Exposição a agentes insalubres ou perigosos. Frentista. Aplicação da lei vigente durante a prestação do serviço.

Sumário

- Menor sob guarda. Condição de dependente no RGPS.
- Fuga de presídio. Recaptura na Colômbia. Extradicação. Interesse da União. Liberdade provisória.
- Importação. Sementes da planta *cannabis sativa linneu* (maconha). Inexistência de indícios de prática criminosa.
- Interesse da Companhia Docas do Estado do Pará. Competência da Justiça Estadual.
- Doação de terreno municipal. Revogação da doação após inércia do donatário. Ausência de prazo para o cumprimento do encargo.
- Concurso público. Aprovação em vaga reservada para deficiente físico. Perícia médica. Erro material do laudo apresentado. Afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- Autorizações para aplicação de agrotóxicos. Situação de emergência. Possibilidade.
- Vacina contra febre amarela. Lesões em menor.
- Embargos à execução. Extinção sem julgamento do mérito. Desistência/renúncia. Honorários advocatícios.
- Receitas de exportação. Variação cambial ativa resultante dos contratos de exportação.
- Imposto de Renda. Dedução de despesas. Ausência de comprovação de pagamento.
- Auxílio-alimentação: fornecimento de cestas básicas. Não incidência do tributo. Desnecessidade de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

Repositórios Oficiais de Jurisprudência

229

Instruções Editoriais

231